

CAMPONESAS, ORGANIZAÇÃO PRODUTIVA E RESISTÊNCIA: o trabalho da mulher no campo.

Carmem Lúcia Costa¹
Sandra Aparecida Alves²
Monique Cardoso de Almeida³

Resumo

Este artigo apresenta uma reflexão sobre o trabalho da mulher no campo na região de Catalão no sudeste de Goiás e as formas de enfrentamento através da organização em movimentos sociais, em específico o Movimento Camponês Popular na região. O artigo apresenta um levantamento bibliográfico com autores e autoras que abordam a situação da mulher e do seu trabalho na atual sociedade, em específico no campo, abordando a condição de invisibilidade e buscando alternativas para sua superação. Num segundo momento, o artigo apresenta alguns resultados do projeto realizado junto a camponesas em parceria com o MCP que procura organizar a forma de produção e as resistências das camponesas através de produção coletiva e comercialização de produtos.

Palavras-chave: Campesinato; camponesas; resistência.

Introdução:

A situação de pobreza da mulher no campo revela a marginalização do trabalho feminino no meio rural, tanto no domicílio, no cuidado da casa, dos filhos, da horta e na "ajuda" prestada ao marido. O trabalho da mulher no campo, mesmo participando ativamente dos espaços de produção, é invisibilizado e, muitas vezes, não remunerado.

A falta de acesso aos espaços de decisão e o domínio patriarcal são apontados como motivos para a saída das jovens do meio rural e conseqüente migração para as cidades em

¹ Professora Adjunta da Unidade Acadêmica Especial Instituto de Geografia/UFG/Regional Catalão.

Professora do Programa de Pós-Graduação em Geografia UEIGEO/UFG/RC. Dialogus – Estudos Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho/CNPq/UFG. clcgeo@gmail.com

² - Mestre em Geografia pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia UFG/RC. Membro do Movimento Camponês Popular. sandraap@hotmail.com

³ Aluna da Licenciatura em Geografia da UEIGEO/UFG/RC. Bolsista de Iniciação Científica/UFG/CNPq. Dialogus - Estudos Interdisciplinares em Gênero, Cultura e Trabalho/CNPq/UFG. Monique.c_almeida@yahoo.com

busca de escolaridade e emprego. Este movimento tem esvaziado o campo, afastando principalmente as jovens que procuram melhores condições de vida, reconhecimento e remuneração para o trabalho nas cidades. Muitas preferem estar nas cidades em trabalhos precários, temporários e parciais, mas com salários e certa autonomia financeira que não possuem no campo. Então desta forma, podemos afirmar que a cidade não é, efetivamente, a solução para muitos problemas enfrentados pelas mulheres, mas ainda é um caminho na luta contra a invisibilidade do seu trabalho.

É neste sentido que o projeto – Capacitação e Organização Produtiva de Mulheres para melhoria da renda e qualidade de vida no campo em Goiás – foi construído em parceria com o Movimento Camponês Popular, com o intuito de promover a capacitação e a organização de camponesas para que possam superar as dificuldades encontradas na vida no campo e dar visibilidade ao trabalho das mesmas através da produção de renda, procurando, desta forma, empoderar as mulheres através e no campo, evitando sua saída.

1- A condição da mulher no campo: em busca de empoderamento

Não é comum as mulheres demonstrarem ter consciência da repressão de gênero a que estão submetidas. Para elas a organização da esfera doméstica é algo naturalizado, ainda que se queixem do excesso de trabalho. No campo esta situação é ainda mais complexa uma vez que o trabalho da mulher se dá no espaço reprodutivo e no espaço produtivo contribuindo para a geração de renda da família, porém sem participação na gestão desta renda e no usufruto da mesma em muitos casos. O seu trabalho foi construído de uma tal forma que é naturalizado o seu lugar de invisibilidade e de não participação direta na produção de renda na terra, sendo muitas vezes o seu trabalho entendido como apenas uma “contribuição” natural nas atividades ali realizadas.

O trabalho no campo para as mulheres camponesas assume diferentes etapas e momentos na esfera da produção, já que a mulher participa de todas as etapas e ainda assume as tarefas “cotidianas” com a casa e com os filhos. Aqui o cuidado com a família aparece como uma função natural da mulher que acaba cuidando dos filhos e, posteriormente, de parentes idosos, sem, no entanto, deixar de exercer as outras tarefas que lhe cabem no cotidiano da vida no campo.

Além do trabalho com a casa, as mulheres participam, também, no trabalho na agricultura e são responsáveis pelo quintal, onde realizam diversas atividades, como as hortas, transformação de alimentos, trato dos animais domésticos (porcos, galinhas...). E todas essas atividades que as mulheres realizam dia a dia, não são consideradas como trabalho, pois não são contabilizadas monetariamente. Mas estas atividades são responsáveis por uma parte considerável da renda da família camponesa que produz e vende seus produtos em feiras ou em outros espaços, tarefa muitas vezes realizadas pelos homens. Desta forma, temos que a mulher investe tempo e trabalho na produção de alguns produtos – como o queijo, doces, quitandas, etc – mas é o homem que as comercializa no espaço público, reafirmando novamente a exclusão da mulher deste espaço político.

Dessa forma, a mulher camponesa no regime da economia familiar, o trabalho agrícola é uma extensão das suas tarefas domésticas, e, portanto, um trabalho invisibilizado historicamente, não considerado como trabalho pela família. Hirata apud Alves explica este processo, de acordo com a autora:

A divisão social do trabalho define a existência de trabalhos de homem e dos trabalhos de mulher e da hierarquia entre eles: o trabalho do homem vale mais que o trabalho da mulher, a produção de bens e riquezas é mais importante que a reprodução da vida. Esses princípios se ampliam a todas as sociedades existentes e se legitimam a partir da ideologia naturalista. Esta rebaixa o gênero ao sexo biológico, reduz as práticas sociais a ‘papeis sociais’ sexuais que remetem ao destino da espécie. (HIRATA, 2007, p. 599 apud ALVES, 2015, p.90)

Segundo o Censo Agropecuário (2015), 87% das quase 6 milhões de mulheres ocupadas na agricultura estavam enquadradas na categoria “responsáveis e membros da família (sem remuneração)”. O relatório do Censo aponta ainda importantes dados, como: [...] as atividades agrícolas desenvolvidas pelas mulheres concentram-se nos itens “produção para o consumo” e “trabalho não remunerado”, que em 2002 absorviam respectivamente 42% e 39% das mulheres ocupadas na agricultura, totalizando 81%, porcentagem equivalente às mulheres sem rendimento na agricultura. As mulheres representavam, na década de 2000, 72% das pessoas ocupadas em atividades de produção voltadas para o consumo, um peso significativo. É importante salientar que, de acordo com Carneiro,

A feminização do trabalho possui um caráter contraditório, e portanto, complexo, pois ao mesmo tempo em que significou um importante avanço rumo à emancipação das mulheres – ou seja um grande passo para minimizar as formas de dominação patriarcal no espaço doméstico -, significou também a precarização da vida cotidiana

da mulher trabalhadora. Isso porque além de ter a sua força de trabalho explorada pelo sistema capitalista no mercado e constituir um significativo mercado consumidor de produtos e serviços, a mulher permanece responsável pela realização do trabalho no âmbito doméstico, contribuindo sobremaneira para a reprodução social da família trabalhadora, além de continuar subjugada à exploração do capital no mercado de trabalho. (CARNEIRO, 2017, p. 244)

Esta realidade com a mulher trabalhadora do campo é ainda mais marcante como mostram os números do Censo Agropecuário, pois além de atuarem no espaço da produção com sujeitas ativas – seja na lida nas plantações ou na ordenha por exemplo -, elas são as responsáveis pela renda produzida no espaço privado como a fabricação de queijos. Entendemos, então que a mesma é explorada duplamente, como a mulher trabalhadora da cidade, com a diferença e o agravante de que não há remuneração pelo trabalho da camponesa.

A não identificação das mulheres como trabalhadoras na agricultura pode estar também se refletindo no fato das mulheres representarem apenas 33% do total da população ocupada na agricultura, número 15% inferior ao peso das mulheres na população rural (48% em 2002), indicando que uma parcela das mulheres rurais pode não ter se declarado como ocupada na agricultura, provavelmente por não considerar suas atividades como “trabalho”. Essa realidade nos permite entender porque as mulheres rurais representam 64% do total das mulheres trabalhadoras brasileiras que não recebem remuneração, além de clarear a problemática do não reconhecimento do trabalho da mulher e até mesmo do seu próprio reconhecimento enquanto agricultora que desempenha um importante papel para a agricultura brasileira. De acordo com Alves,

A divisão sexual do trabalho, justificada por fatos naturais, justifica a diferença da importância dos papéis desempenhados por homens e mulheres na sociedade. (...) No caso das mulheres camponesas, a divisão sexual do trabalho é óbvia. Na maioria dos casos, todo o trabalho doméstico, cuidado com os filhos e idosos é de sua responsabilidade, mas além dessa obrigação, a mulher precisa ainda, ajudar o marido nos seus afazeres, seja com os animais, com a roça ou outros trabalhos. No entanto, o homem não divide com a mulher as tarefas domésticas. (ALVES, 2015, p. 103)

Essa realidade tem refletido negativamente no trabalho feminino no campo, não apenas devido à falta do reconhecimento social, mas também nos problemas concretos da vida

das mulheres, como o acesso as políticas públicas, a aposentadoria, o crédito, a assistência técnica, dentre outros.

2 – Procurando a significação do trabalho das camponesas: Organizar, produzir e resistir

A superação dessa realidade de desigualdade, inferioridade e não reconhecimento da contribuição econômica é objeto deste um projeto que visa criar e fortalecer organizações produtivas das mulheres camponesas, seja para possibilitar o acesso as políticas públicas do governo federal para que, com isso, possam superar as desigualdades sociais, econômicas, políticas e de gênero existente no campo, através do conhecimento e da melhoria da renda por meio do acesso aos programas como o PRONAF Mulher, o PAA, o PNAE e, ainda, criação de outras formas alternativas de produção, processamento e comercialização de alimentos por elas produzidos e comercializado diretamente ao consumidor em feiras camponesas.

A comercialização de produtos como: hortaliças, tubérculos, conservas, doces, quitandas, derivados do leite etc, podem tornar-se uma realidade com a organização e capacitação das mulheres e trazer como consequência sua autonomia e renda no campo. Mas, para isso, é necessário a capacitação, o acompanhamento e a orientação técnica para que as mesmas possam desenvolver experiências como estas. Isso pode tornar-se realidade a medida que as mulheres camponesas tenham acesso as políticas públicas como o PRONAF Mulher, o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), pois elas terão um destino certo para os produtos e autonomia para produzir e aumentar gradativamente sua produção, se fortalecendo como camponesas e como mulheres capazes de produzir e obterem sua própria renda. Além disso, é uma perspectiva de continuar vivendo do trabalho na terra, tão caro as camponesas, como mostram as pesquisas de Alves (2015) em dissertação de mestrado sobre a luta das mulheres do Movimento Camponês Popular pela casa própria; Carneiro (2017) que mostra a expansão da indústria leiteira no campo em Corumbáiba (GO) com a inserção da remuneração das mulheres nas fazendas produtoras de leite e Mesquita e Nascimento (2017) que abordam a luta das mulheres pela terra em Assentamentos do MST em Goiás. Para estas autoras é necessário e inevitável a alteração de poder no campo.

A partir desta realidade elaborou-se um projeto de extensão onde se trabalha para garantir o reconhecimento do trabalho das mulheres agricultoras e a superação da concepção de que as mulheres realizam apenas um complemento do trabalho do homem, ou o ajudam. Pois é essa concepção que vem contribuindo fortemente para naturalizar as desigualdades de gênero e aumentar a dependência das mulheres ao universo masculino.

Carneiro (2017) ao analisar sobre a inserção da mulher como trabalhadora assalariada da cadeia produtiva leiteira em Goiás argumenta que,

Entende-se que a contratação das mulheres e uma das estratégias dos empregadores para manter a família no campo, pois estas também desejam ter renda própria e, caso não tivessem emprego no campo, migrariam para a cidade para trabalhar e ter renda. Desta forma, o empregador garante mão de obra barata, pois o salário da mulher, para a família trabalhadora, contraditoriamente, é visto apenas como renda complementar. (CARNEIRO, 2017, p. 252)

Assim entende-se que é necessário também criar mecanismos para fugir desta exploração apontada por Carneiro em seu estudo. Além de pensar em formas de inclusão e valorização da mulher, ainda há uma preocupação em não reproduzir as formas de exploração que permitam apenas sua transição para o campo da precarização do trabalho.

Mesquita e Nascimento (2017) ao pesquisarem o Assentamento Serra Dourada em Goiás relatam que,

A principal fonte de renda das famílias do Assentamento é a produção de hortaliças que são comercializadas em supermercados e feiras na cidade de Goiás, além do fornecimento para o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNE) e Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), por meio da Cooperativa de Pequenos Agricultores de Goiás e Região (COOPAR). Com a realização do trabalho de campo, constatamos que 60% das famílias produzem hortaliças, a maioria sem adição de insumos químicos. Vale destacar que o destino dessa produção corresponde a cerca de 90% das hortaliças consumidas na cidade de Goiás. (MESQUITA e NASCIMENTO, 2017, p. 202)

Neste sentido, observamos que os produtos produzidos pelas camponesas em suas terras é de suma importância para a manutenção do modo de vida camponês e pode ser o caminho para transformar a realidade de milhares de mulheres no campo, dando visibilidade ao trabalho por elas realizado e ajudando a produzir a inserção na política através de cooperativas e movimentos sociais que lutam pela terra.

É essa realidade que se visa superar a partir da capacitação e organização das mulheres camponesas para produzirem e dar destino a sua produção através dos programas de aquisição dos produtos da agricultura familiar, como o PAA e o PNAE. O primeiro passo foi a formação técnica para elaboração de projetos a linhas de crédito e a programas sociais que têm como objetivo a inserção da mulher do campo. Neste momento, foram ofertadas várias oficinas para auxiliar na elaboração dos projetos, no conhecimento das políticas e a discussão sobre como viabilizar projetos nesta área. Neste momento contamos com a assessoria técnica da Embrapa de Goiás e pesquisadores/as de políticas públicas no campo.

O segundo momento de formação foi realizado com oficinas sobre a importância da cultura camponesa e a valorização da cultura crioula – um processo em consolidação através de ações do Movimento Camponês Popular em Goiás com a constituição de um banco de sementes crioulas e da produção de gêneros sem uso de agrotóxico e através da agroecologia. Novamente a parceria com a Embrapa Goiás foi fundamental e o momento de formação abordou a necessidade da produção crioula e as formas de se agregar valor a esta produção.

Outro momento da formação consistiu na discussão com as camponesas das questões de gênero com intuito de abordar o lugar da mulher camponesa na família, na terra e na produção. Com a criação de diversas organizações feministas e movimentos sociais, a dominação dos homens, sobre as mulheres, que se expressa, muitas vezes, nos diversos tipos de violência, como a psicológica, a sexual e a física, tem sido questionada e rediscutida, inclusive pelas mulheres camponesas. Nesse sentido, Faria afirma que:

Os gêneros aparecem como opostos e complementares, porém hierárquicos, o homem dominador, a mulher dominada. Ser mulher e, portanto, feminina, significa ser dona de casa, passiva, maternal, afetiva, detalhista; ser homem significa ser forte, profissional, agressivo, racional, objetivo. Isso está tão enraizado na cultura e tão introjetado por cada pessoa que aparece como parte da “natureza humana”. (FARIA, 1998, p. 25)

É inegável o entrelaçamento entre o espaço, onde se dão as relações sociais e de gênero, embora sua abordagem encontre resistências. Mas, nem um nem outro pode ser visto isoladamente quando se trata da existência humana. Segundo Silva

A geografia brasileira, ciência que privilegia a dimensão espacial das relações sociais, apresenta resistências na utilização do conceito de gênero, ao passo que várias ciências sociais, que já avançaram no uso do conceito, têm negligenciado o espaço enquanto elemento da existência humana e, portanto, instituidor das relações de gênero. (SILVA, 2007, p. 117)

Resistências à parte, o conceito de gênero vem sendo debatido na Geografia desde a década de 1980, quando algumas geógrafas começaram a alertar para o fato de que a organização social e territorial da sociedade cria e/ou estimula diferenças consideráveis entre homens e mulheres e de que, portanto, as relações entre ambos não devem ser analisadas apenas a partir de elementos como privacidade e afetividade. O debate sobre gênero, na Geografia, segundo Joseli Silva (2007), tem sido difícil, pois a definição de gênero só pode se dar no “campo do saber, hegemonicamente masculino”. (2007, p. 100) Ainda segundo a autora (SILVA, 2007, p. 121): [...] “gênero é concebido como um conceito e, simultaneamente, uma representação e, como tal, uma construção social permanentemente renovada, diferenciada espacial e temporalmente”.

Embora já haja uma ampla literatura sobre gênero, desenvolvida nos mais diversos meios, o acadêmico, setores do Estado, entidades, organizações internacionais, etc., “sua utilização inapropriada com diversas formas e conteúdos têm “esvaziado” seu conteúdo político e sua potencialidade de transformação. ” (MATOS, 2009, p. 64). A incorporação da categoria gênero nesta pesquisa possibilita uma compreensão mais ampla das relações de poder que ao longo da história vêm justificando as desigualdades existentes entre homens e mulheres, a subordinação e a dominação delas por eles e a visão de que o poder das mulheres, na sociedade, é ilegítimo e inferior.

Na mudança dessas relações, “[...] as mulheres não se tornam necessariamente feministas, mas modificam sua inserção na rede de poderes de sua comunidade, provocando um efeito transformador”. (PAULILO, 2009, p.14). O sistema de organização social que privilegia os homens e subordina as mulheres, o patriarcado, está intrinsecamente relacionado ao capitalismo, segundo André

As relações sociais patriarcais e capitalistas estão de tal forma interligadas que se pode considerar a existência de um único sistema – patriarcal capitalista. O desenvolvimento das relações de produção capitalista foi acompanhado por mudanças

noutros domínios. Em particular, deram-se rupturas nas relações existentes entre homens e mulheres. A antiga forma patriarcal da produção doméstica foi abandonada, os padrões estabelecidos para as relações entre os dois sexos foram postos em causa. Este processo foi desigual, tanto em extensão, como em natureza, sendo, sobretudo influenciado pelas características das estruturas econômicas emergentes. Em cada área, capitalismo e patriarcado articulam-se e acomodam-se um ao outro de formas diferentes.(ANDRÉ,1990, p. 343)

Com intuito de fomentar a discussão e fornecer elementos para a superação da invisibilidade do trabalho da mulher no campo realizamos oficinas com as camponesas para promover o debate e construir caminhos para a valorização do trabalho delas. Nesta parte contamos com professoras da Universidade Federal de Goiás além de lideranças do Movimento Camponês Popular – que já promove uma interessante inserção das camponesas na luta pela casa própria.

Foram realizadas oficinas sobre gênero e empoderamento feminino em locais onde o Movimento Camponês Popular possui sede e atuação. Foram realizados cerca de 10 encontros e oficinas com mais de 300 mulheres em municípios diferentes que debateram os diversos temas com os grupos de mulheres camponesas.

Além dos debates sobre gênero, produção de sementes crioulas e a construção da autonomia das camponesas, também haviam momentos de trocas de experiências entre as mulheres e eram debatidos temas sobre o processo produtivo e a comercialização dos alimentos e artesanatos produzidos pelos grupos. Algumas das experiências socializadas com os grupos foram as experiências das feiras locais e da cesta camponesa.





A engenheira agrônoma e assessora das oficinas, Ana Cláudia de Lima Silva, relatou nas oficinas a experiência dos/as camponeses/as da Cidade de Goiás referente a organização e comercialização, a partir de um grupo criado em uma rede social intitulada “Cesta Camponesa”, que comercializa os produtos das mulheres e de toda a família através de um grupo de WhatsApp. Os produtos fornecidos são aqueles já produzidos pelas famílias, a maioria é feito e cultivado por mulheres, como verduras, derivados do leite, quitandas, legumes, frutas e doces, que variam de acordo com o período do ano.

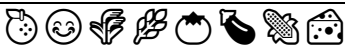

Conhecendo a experiência do grupo da Cidade de Goiás, as mulheres do MCP do município de Catalão, fizeram a divulgação dos produtos por elas produzidos e criaram um grupo de WhatsApp denominado “Cesta Camponesa MCP”. Para divulgar a “Cesta



Camponesa” do MCP em Catalão, o grupo de mulheres organizou panfletagens e exposição dos produtos na UFG-RC, além de participarem de diversos eventos na cidade.


O grupo de mulheres tem uma coordenadora que cuida e acompanha o grupo de WhatsApp. Semanalmente, ela coloca a lista dos produtos disponíveis para que as pessoas que fazem parte do grupo possam adquirir os alimentos e outros produtos que desejar. O grupo hoje possui mais de 50 participantes ativos no grupo e, além disso, outras formas de vendas são realizadas como em feiras e na sede do MCP, geralmente procurado por pessoas que que conheceram os produtos através de pessoas que já realizam compras do grupo.



A seguir temos uma postagem retirada do grupo com os produtos comercializados:

[16:24, 25/9/2017] cesta camponesa: LISTA DA SEMANA. Para ser entregue no dia 28 de setembro	
	
MOVIMENTO CAMPONÊS POPULAR	
	
CARNES e OUTROS DERIVADOS	
	
Frango Caipira limpo e picado	40,00
Ovos (dúzia)	12,00
	
LATICÍNIOS	
Queijo Fresco (1 Kg)	14,00

Queijo Curado Ralado (500 g)	12,00
Queijo Recheado com Goiabada ou Doce de leite (500 g)	12,00
Requeijão médio:	12,00
Leite (2L)	5,00
[16:25, 25/9/2017] cesta camponesa: DOCES	
Rapadura pura, mamão, leite, amendoim e coco (800g)	10,00
Doce de leite em pasta (250g)	5,00
Doce de leite em pedaço (250g)	5,00
Doce de amendoim em pedaço (250g)	5,00
Ameixinha de Queijo (250 g)	5,00
Doce de figo em calda	7,00
Geléia de abacaxi (250g)	5,00
Geléia de Maracujá (250g)	5,00
 VERDURAS, LEGUMES	
	
Alface (pés)	2,50

Abobrinha (1kg) 3,00
Cenoura molho 3,00
Feijão rosinha (kg) 8,00
Pimenta de Cheiro 3,00
Mandioca empacota (1kg) 4,00
Couve picado na (bandeija) 3,00
Couve (maço) 2,50
Açafrão (100g) 3,50

OUTROS
Sabão em quadro caseiro (pedaço) 2,00
Bucha vegetal - 4,00

POLPAS
Polpa de Tamarindo (250g) 3,50

Polpa de Acerola (250kg) 3,50

PANIFICADOS
Broa de Doce, broa temperada c/ pimenta de Cheiro e cheiro verde.
Broa de sal (500g) 9,00
Pão enriquecido com abóbora (pct 400g) 7,50
Pão caseiro simples (pct 400g) 6,00
Bolo de Coalhada (1kg) 12,00
Bolo de fubá crioulo com goiabada (1 kg) 16,00
Bolo de Fubá Crioulo com queijo (1kg) 16,00
Bolo de Laranja (1kg) 14,00
Bolo de Limão (1kg) 14,00
Biscoito de Polvilho (pct 250g) 6,00
Bolo de Mandioca Mané pelado- (bandeja) 6,00
Pão de queijo congelado (1kg) 20,00
Biscoito de queijo (1kg) 20,00.

Biscoito de queijo (congelado) 20,00
Rosca caseira (pct 400g) 7,50
Pão enriquecido com mandioca (pct 400g) 7,50
Bolacha caseira da vovó (pct 500gr) 9,00

Farinha

Farinha de Mandioca (1kg) 8,00
Farinha de Milho Crioulo (1 kg) 9,00
Temos Doce Diet 250g R\$ 7,50
Sabores :
Pau de mamão
Mamão
Leite em pasta
Banana

Fonte: postagem do grupo de WhatsApp Cesta Camponesa MCP

A comercialização dos produtos das mulheres camponesas rende em média R\$ 250,00 por mês para cada camponesa. As mulheres que oferecem seus produtos no grupo, também vendem esses na feira municipal que acontece uma vez por semana. Hoje o grupo é composto por dez camponesas que usam a cozinha coletiva do MCP para a produção dos itens comercializados. Os produtos possuem como atrativos os preços mais baixos que em outros lugares e a origem dos produtos que são orgânicos e sem conservantes químicos, o que atrai muitos consumidores.

A partir dos encontros, das oficinas e das experiências desenvolvidas, as mulheres camponesas envolvidas já se organizaram em grupos, quebraram seu isolamento e abriram novos horizontes e novas perspectivas na vida familiar, de forma que elas já conseguem ver o campo como um lugar bom para se viver, com possibilidade de ter renda e melhorar sua qualidade de vida. Melhorando sua vida, debatendo gênero, classe e opressão, as mulheres criaram “novas armas” para enfrentar a violência cometida contra elas no campo e assim construir as bases para superação do machismo e do patriarcado no campo.

Referências Bibliográficas

ALVES, S. A. **Geografia e gênero: a ação das mulheres na luta pela moradia camponesa na região estrada de ferro Goiás**. Universidade Federal de Goiás/Região Catalão. Unidade Acadêmica Especial de Geografia de Catalão; 2015.

ANDRE, I. M. **O Gênero em geografia**: introdução de um novo tema. In: Revista Finisterra, XXV, 50, Lisboa, 1990, pg. 331-348. Acessada em 09/03/2014 em http://www.ceg.ul.pt/finisterra/numeros/1990-50/50_04.pdf

CARNEIRO, J. D. P. L. O trabalho feminino na pecuária leiteira em Corumbáiba-Go: os desafios da mulher trabalhadora do campo nos caminhos da emancipação. In: **Interfaces do gênero III: gênero, trabalho e educação**. Org. Costa C. L., Santos H. P., Carneiro J. D. P. L. Goiânia: Gráfica da UFG, 2017.

FARIA, N (Org.). **Sexualidade e gênero**: uma abordagem feminista.

MATOS, V. C. S. **Um estudo histórico das relações de gênero e classe**. In: Revista Multidisciplinar da UNIESP – Saber acadêmico – nº 7, Junho de 2009. Acessada em: 09/03/2014. http://www.uniesp.edu.br/revista/revista7/pdf/6_um_estudo_historico.pdf

MESQUITA, N. L.; NACIMENTO, A, C. A influência da luta pela terra na identidade de gênero das mulheres do assentamento Serra Dourada, em Goiás-GO. In: **Interfaces do gênero III: gênero, trabalho e educação**. Org. Costa C. L., Santos H. P., Carneiro J. D. P. L. Goiânia: Gráfica da UFG, 2017.

PAULILO, M. I. S. Movimento das mulheres agricultoras e os muitos sentidos da “Igualdade de Gênero”. In: FERNANDES, B. M. & PAULILO, M. I. S. (Org.). **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**. São Paulo: Editora UNESP, Volume II, 2009.

SILVA, J. M. **Espaço, gênero e pobreza como elementos de análise das políticas de desenvolvimento urbano**. Revista Geosul, Florianópolis, v.22, n. 44, pg. 117 a 134, jul./dez.

2007.